

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso**: Assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000, 120 p.

A presente obra, tem como tema central a assistência social no contexto das políticas sociais, tecendo duras críticas ao clientelismo, não no sentido neoliberal, e sim, no enfraquecimento da emancipação política, no prejuízo ao substituir o cidadão pelo beneficiário, acentuando a condição de ignorância do assistido a ser combatida somente pela educação na forma de instrumento de superação da pobreza política.

No capítulo três, emancipação e pobreza política, o autor afirma que [Qualquer privilégio é feito à custa dos outros. Não é possível inventar privilégio que não lese os outros. (...) reduzir os privilégios usurpados é mister contrapor fortemente, impor-se, conquistar] (DEMO, 2012, p. 31). Além de exemplificar a redistribuição da renda, a citação é pertinente para a criação de políticas públicas, em especial, para os menos favorecidos, porém, distribuir renda não interrompe a desigualdade e dá aos pobres as sobras do sistema. Redistribuir é tomar daqueles que tem em excesso porque a concentração agride os direitos humanos e a democracia. O MST, com as devidas ressalvas, é exemplo de atuação para além da terra.

O autor faz duras críticas ao liberalismo praticado pela elite que se apropria do Estado privatizando-a em nome do mercado sem se importar ou considerar normal o mérito histórico que 10% das pessoas concentrarem em suas mãos metade da renda nacional. Perguntar sobre como desconcentrar a renda descartando a solidariedade, a assistência e a violência se constituem como cerne deste livro, que não poupa nem mesmo Plano Real que serviu apenas para reeleger o presidente e não refez a estrutura da desigualdade. Mais duro ao país é a pobreza política onde o pobre não sabe que é excluído servindo aos algozes/adversários que os ajudam, os tutelam e se apropriam da sua cabeça tornando-os massa de manobra: [pobre, mais do que tudo, não é quem é destituído do “ter”, mas do “ser”] (DEMO, 2012, p. 33). Nisso, Marx desenhou as bases do processo de alienação, da mais valia, do papel do proletariado perante o capitalismo e a educação

é a política mais eficiente para matar a fome e emancipar, dar autonomia, combater a ignorância historicamente produzida ao invés de inventada e reproduzida.

Essa emancipação, inspirada na Pedagogia do oprimido de Paulo Freire, sinaliza, num primeiro momento, a necessidade da consciência crítica e autocrítica; que não se dá de modo espontâneo não sendo impossível que o oprimido descubra que está sendo manipulado pelo opressor. Sabendo disso, o oprimido pode conceber alternativas que não implica rompimento violento, mas radical intervindo a relação de poder. Faz-se necessário, num terceiro momento, o oprimido descobrir as vantagens da cidadania coletivamente organizada a exemplo do associativismo; onde a cidadania coletivamente organizada precisa emancipar com competência política para ser sujeito de suas soluções. A politicidade para emancipar o sujeito pela via da cidadania, permite, num quarto momento, se alimentar pelos processos educativos permanentes.

No sexto capítulo, para combater a pobreza, Demo (2012), discute o papel da assistência social e do *Welfare State*. Em ambos os casos, trata-se de uma simplória farsa do combate à pobreza por parte do Estado Liberal a serviço das elites e da direita na globalização pós queda do Muro de Berlin: [No capitalismo é impossível colocar democracia e direitos humanos acima do mercado. Não é o lugar da democracia e dos direitos humanos, embora precise deles para maquiá-los] (DEMO, 2012, p. 73). Apesar dos avanços do PNUD/ONU, a política dos Estados Unidos e o neoliberalismo é um entrave para o desenvolvimento social e a superação da pobreza. É importante: [saber ver a realidade não apenas a partir de nós mesmos ou dos donos do conhecimento, mas sobretudo a partir dos excluídos do conhecimento e do poder] (DEMO, 2012, p. 77). O combate à pobreza pela inserção econômica no mercado de trabalho de forma adequada significa lutar pelos grupos mais vulneráveis, forçando a produção de postos de trabalho.

No sétimo capítulo, desenvolvimento como oportunidade e liberdade, o autor toma como ponto de partida o trabalho de Sen – Prêmio Nobel de Economia de 1999 – defensor da distinção entre fins e meios onde o mercado passa a condição de meio para o fim, mesmo tendo clareza o papel do Banco Mundial. Por outro lado, a democracia, apesar de controversamente valorizar a liberdade individual, parece servir ao capital acima de

tudo. Daí a importância de melhorar os fins, pois, o econômico não pode ser tratado como o fim em si mesmo. Rediscutir a pobreza significa reaver não somente a renda mas a educação e as desigualdades.

No nono capítulo, assistência e educação, ambas são necessárias a sobrevivência, porém, a primeira na esfera pública, não pode ser regra, coisa de pobre para pobre e a segunda não é subalterna que reproduz o sistema de dominação. O exemplo dessa relação é o bolsa escola no Distrito Federal onde a renda é mais importante que a educação. Apesar do candidato que a implantou não ter sido reeleito, o programa é meramente assistencialista e aceito mesmo por intelectuais e demais profissionais com discursos e práticas destoantes. Portanto, deve-se investir na cidadania do pobre como educador, facilitador, motivador e orientador, não como preceptor.

**João Evangelista dos Santos Filho**

[joao.evangelista@yahoo.com.br](mailto:joao.evangelista@yahoo.com.br)

Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, Departamento de Educação – DEDC – Campus I - UNEB.